

# IX CONFERÊNCIA ANUAL DOS OEICI-CPLP

*TEMA: Planejamento e Execução da Auditoria Interna Governamental*



PLANEAMENTO E EXECUÇÃO DE AUDITORIA AOS FUNDOS PÚBLICOS



## ÍNDICE

- ENQUADRAMENTO
- METODOLOGIA
- EXECUÇÃO DA AUDITORIA
- RESULTADOS
- CONCLUSÕES
- RECOMENDAÇÕES

## ENQUADRAMENTO

O planeamento foi realizado para um conjunto de 12 Fundos Públicos de naturezas diferentes, abrangendo o período de análise dos exercícios de 2015 a 2017.

Fundos Públicos: Entidades administrativas, cuja actividade consiste na gestão de recursos financeiros para alocação à medidas ou acções de apoio e fomento de determinadas actividades de carácter económico, social e cultural.

A auditoria teve como objectivo geral realizar uma análise dos fundos públicos, na vertente financeira e de desempenho, bem como verificar a coerência dos fundos com o seu respectivo âmbito legal.

Procurou-se adquirir conhecimentos sobre:

- Os objectivos dos fundos;
- As estratégias e os meios pelos quais eles controlam o seu desempenho;
- Os processos de gestão;
- Os controlos internos.



*De modo a responder ao objectivo geral atrás referido, foram definidos os seguintes objectivos específicos*

- ❖ Verificar a efectividade e confiabilidade dos controlos internos instituídos nos fundos, de modo a estimar os níveis de risco associados e identificar deficiências relevantes;
- ❖ Verificar todo o processo de uma transação de custos e testa-la.
- ❖ **Verificar a legalidade dos actos de gestão;**
- ❖ **Verificar a regularidade dos financiamentos;**
- ❖ **Verificar a fiabilidade das contas nos exercícios de 2015 a 2017, concluindo se as demonstrações financeiras dos fundos, se as receitas e os custos de cada período, bem como o activo e o passivo, estão de acordo com os princípios e normas legalmente aceites.**
- ❖ Verificar se os Fundos, em todos os seus aspectos relevantes, se encontram em conformidade com os termos definidos nas leis e regulamentos que regem os estatutos dos Fundos;
- ❖ Verificar a viabilidade económico-financeira dos Fundos, através da análise do desempenho financeiro do mesmo.

**Fundo do Sector das Pescas** – tem como finalidade «apoio e fomento de projectos de desenvolvimento da Indústria Pesqueira, com impacto mensurável nas áreas de captura, transformação, armazenagem, comercialização interna e exportação, bem como nas áreas de investigação científica, formação técnico-profissional e de fiscalização, pelo fornecimento de recursos financeiros em moeda local e externa».

**Fundo do Sector das Comunicações** – tem como finalidade «gerir as contribuições dos operadores e prestadores de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação ao fundo do serviço universal». A actividade do Fundo passa por garantir o suporte financeiro para a prestação do serviço universal no domínio das tecnologias de informação e comunicação no processo de edificação da Sociedade de Informação e do Conhecimento.

**Fundo do Sector Agrário** – tem como finalidade «conceder recursos financeiros às acções viradas para o desenvolvimento da produção alimentar camponesa e para o agro-negócio», com vista à «generalização e às inovações técnicas que permitem o aumento da produção e da produtividade, bem como o financiamento e cobertura de serviços que beneficiam os produtores rurais, agro-industriais e as comunidades locais».

**Fundo do Sector das Obras Públicas** – foi criado com a finalidade captar e agregar os recursos financeiros destinados ao financiamento para a execução do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas e Obras de Emergência que não possam ser previstas no Programa de Investimento Público.

## **METODOLOGIA**

O trabalho baseou-se nos princípios, normas e técnicas de auditoria geralmente aceites e se consubstanciam essencialmente no seguinte:

- ✓ Na recolha e avaliação de informações;
- ✓ Na obtenção e tratamento de dados junto dos fundos e de entidades externas;
- ✓ Realização de testes de transação;
- ✓ Relato com os factos detectados e o impacto nas Demonstrações Financeiras e na gestão.

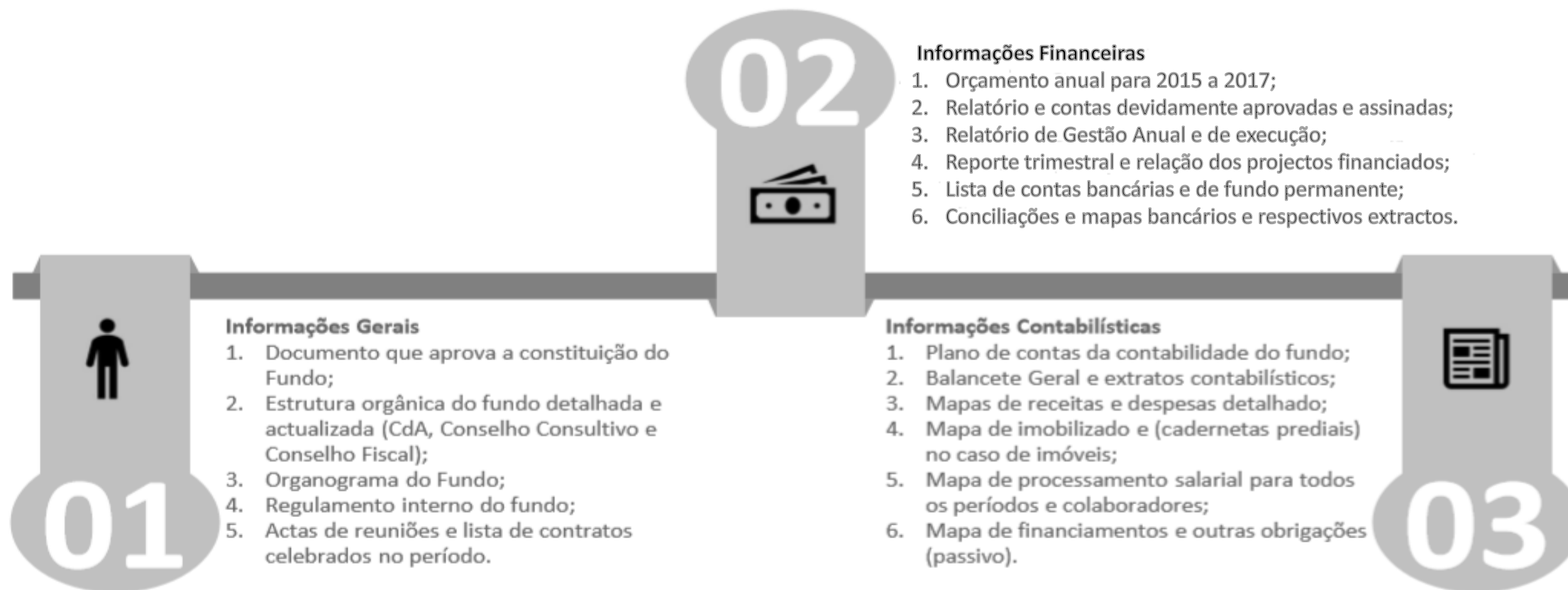


# 1

## Entrevistas de entendimento:

- Durante o curso da inspeção, foram executadas entrevistas de entendimento com vários profissionais do Fundo.







## EXECUÇÃO DA AUDITORIA

### Análise financeira (Receita/Proveito):

- Análise para identificar tendências;
- Teste ao montante de receitas baseados nos comprovativos solicitados;
- Análise dos movimentos contabilísticos que compõem toda fonte de receita e solicitação de evidências documentais.

### Análise financeira (Despesa/Custo):

- Análise da despesa total e tendências;
- Salário dos funcionários do Fundo e dos órgãos tutelados (Caso existam);
- Custos com terceiros prestadores de serviço e subcontratos;
- Custos com amortizações;

### Análise dos activos:

- Análise do imobilizado;
- Análise das contas bancárias;
- Análise dos financiamentos.

## 2

### Análise financeira (Receita):

- Análise analítica para identificar tendências;
- Teste ao montante de receitas; na análise da receita foram solicitados comprovativos;
- Análise dos movimentos contabilísticos que compõem toda a restante fonte de receita e solicitação de evidências documentais de acordo com Decreto de criação do Fundo.





## 3

- 3.1** Salários
- 3.2** Custos com prestadores de serviços;
- 3.3** Custos com amortizações;

### 3.2 Custos com prestadores de serviços

Subcontratos e serviços de terceiros (água, electricidade, combustíveis, conservação e reparação, limpeza, etc).  
Impostos, custos e perdas operacionais, analisar as facturas e a contabilidade

### 3.1 Salários

**Salários** - Analisar recibos de vencimento e salários processados no SIGFE.  
Identificação de pagamentos referentes a salários de entidades externas ao Fundo.  
Subsídios e formação.

### 3.3 Amortizações

Mapa de amortizações fornecida pelo fundo a ser conciliada com o IABPE do SIGPE com o objectivo de destacar quaisquer diferenças em termos de custos de aquisição e amortização.  
Teste das amortizações do exercício dos bens móveis e imóveis.





## 4

### Análise dos activos:

- Analise do imobilizado;
- Analise das contas bancárias;
- Analise dos financiamentos.

#### Imobilizado

- Comparar o mapa do imobilizado fornecida pelo fundo com o IABPE. O objetivo é destacar quaisquer diferenças.
- Comparar com contrato, títulos de propriedades e cadernetas prediais.

#### Contas bancárias

Analisar todas as contas bancárias do fundo e comparar:

- Saldo de encerramento e abertura de cada ano;
- Saldo de cada conta com o saldo o saldo da contabilidade.

#### Financiamentos

- Levantar todos os financiamentos concedidos e analisar:
  1. Conformidade dos Contratos;
  2. Plano de reembolsos e termos;
  3. Análise das tendências e dos beneficiários com dívida (motivos do crédito mal parado).



# 5

Teste de transacção:

Prestadores de Serviços

Subcontratos

**75%** Analisou-se a amostra de contratos para um determinado período e fez-se a comparação com as facturas pagas e os respectivos termos de entrega comprovativos da prestação de serviços

**75%** Analisaram-se os procedimentos de contratação

**100%** Análise para identificar tendências da totalidade de:

Serviços de Terceiros

**1** Combustíveis, electricidade, água, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança

**2** Conservação e reparação, material de protecção, ferramentas e utensílios de desgaste rápido

**3** Contencioso e notariado, outros serviços



## 5

Teste de transacção:  
Salários

Foram realizados os seguintes testes:





## 6

Preparação do relatório factual.

1

### Introdução

Explicação dos objectivos gerais e específicos do trabalho.

4

### Limitações da análise

Destacar as várias limitações como os documentos em falta.

2

### Breve Caracterização

Breve enquadramento da legislação utilizada.

5

### Principais Resultados

Explicação dos maiores resultados obtidos após a análise.

3

### Metodologia e procedimentos efectuados

Explicação da metodologia e técnicas de inspecção utilizadas.

6

Conclusões e observações finais, próximos passos e anexos.

## RESULTADOS

Até ao momento a auditoria incidiu sobre 4 fundos cujos principais resultados são os que se apresentam:

### **Fundo do Sector das Pescas**

- ✓ As normas e procedimentos do controlo interno revelam incumprimentos da legislação vigente, do estatuto e regulamento interno e insuficiência na gestão, baseada em gastos exagerados de despesas não programadas, maior parte delas da responsabilidade do Ministério da tutela;
- ✓ As DFs foram preparadas com base no PGC, enquanto que, sendo instituição financeira não bancária, deveria preparar as DFs à luz do Plano de Contas das Instituições Financeiras;
- ✓ Os financiamentos foram formalizados através de Contratos de Promessa de Compra e Venda e não de Contratos de Crédito e a maior parte das empresas não reembolsou os valores recebidos. Os reembolsos representaram apenas 10,78% em 2015, 34% em 2016 e 1,35% em 2017, relativamente aos valores concedidos;
- ✓ Foram identificados financiamentos com o objectivo de promover assistência técnica aos projectos do sector da pesca, mas não foram observados procedimentos de avaliação, nem critérios de garantias e de obrigações bem definidos;
- ✓ Crescimento de 46,50% nos custos com o pessoal (explicado pelos pagamentos de salários e subsídios ao pessoal associado a 9 entidades do Ministério da tutela.





## **Fundo do Sector das Comunicações**

- ✓ Com excepção de uma operadora, não foram identificados proveitos provenientes das operadores da rede pública de telecomunicações, no âmbito dos financiamentos anuais a que estão obrigados;
- ✓ A contabilidade não reflecte de forma clara e integral as operações realizadas (Ausência de registos contabilísticos de receitas devidas pelos operadores e que não foram recebidas, não se verificou nas contas qualquer registo da estimativa destes montantes);
- ✓ Os recursos utilizados não foram destinados para o fomento ao desenvolvimento das telecomunicações, através da alocação de recursos financeiros às actividades do sector.

## **Fundo do Sector Agrário**

- ✓ As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no PGC, enquanto que, sendo instituição financeira não bancária, deveria preparar as DFs à luz do Plano de Contas das Instituições Financeiras;
- ✓ Não foram identificados financiamentos com o objectivo de promover assistência técnica aos projectos do sector agrícola;
- ✓ Os custos com pessoal representam 64% do total de despesas e registaram aumentos de 1024% entre 2015 e 2017.



## **Fundo do Sector das Obras Públicas**

As despesas com Empreitadas de Manutenção e Conservação representam em média 85% dos custos de manutenção e conservação de estradas, o que se mostra coerente com o propósito do Fundo.

Foram contratadas 23 empreiteiras para a realização 56 obras de manutenção e conservação de vias, das quais 12 empreiteiras concentraram 90% dos valores contratuais, relativos a 41 das 56 empreitadas. Para algumas destas empreitadas verificou-se incumprimentos dos requisitos legais, tais como:

- ✓ Falta de evidência da realização do concurso (Relatórios da Comissão de Avaliação);
- ✓ Contratos assinados pelo PCA, sem assinatura de outros membros do Conselho de Administração;
- ✓ Não identificação de evidência da realização de concurso para contratação do Fiscal;
- ✓ Não identificação de evidências da realização da fiscalização, nomeadamente Relatórios de Fiscalização;
- ✓ Ausência de autos de medição elaborados pelo Fiscal que suportem as facturas pagas pelo Fundo;
- ✓ Não identificação de Auto de Recepção que evidencie a conclusão da obra.



## **Conclusão**

- Em 3 dos 4 fundos analisados verificou-se o aumento dos custos com o pessoal, associado ao suporte do pessoal das entidades de tutela, e/ou nas admissões de novos colaboradores.
- A falta do cumprimento dos objectivos que levaram a criação de 3 dos 4 fundos visitados;
- As demonstrações Financeiras não reflectem de forma clara e integral as operações realizadas;
- Os recursos utilizados pela gestão não obedeceram a programas de investimentos capazes de fomentar as actividades dos respectivos sectores.



## Recomendações/Propostas

- Que cessem as interferências dos órgãos de tutela na gestão dos fundos públicos;
- Que se efective o monitoramento dos fundos públicos, feito pelos órgãos de controlo interno;
- Que haja maior rigor na contabilização das operações dos fundos públicos, visando o reporte e informações verdadeiras, integrais e fidedignas.





# Obrigado!